

SUMÁRIO

Capítulo 1 – A AUTONOMIA PRIVADA E SUA INCIDÊNCIA NA VIDA DAS OBRIGAÇÕES.....	5
1.1. A autonomia privada: linhas gerais.....	5
1.2. As diversas fases da vida das obrigações e o impacto da autonomia privada.....	10
1.3. Conclusões parciais.....	13
Capítulo 2 – DA VEDAÇÃO AO PACTO COMISSÓRIO À LICITUDE DO PACTO MARCIANO: CENÁRIOS DE DIREITO COMPARADO.....	17
2.1. O pacto comissório e o pacto marciano no direito comparado: do direito romano às codificações modernas.....	17
2.2. A diretiva europeia de 2002 e seu acolhimento pelo direito italiano.....	21
2.3. A reforma do direito francês das garantias.....	24
2.4. Atualização jurisprudencial mais recente na Itália em torno do pacto comissório e do pacto marciano.....	31
2.5. O cenário atual do direito italiano com as atualizações legislativas de 2015 e 2016: a admissão legislativa do pacto marciano na legislação bancária.....	37
2.5.1. O pacto marciano do novo art. 48-bis T.U.B. para garantia de financiamento a empresas.....	41
2.5.2. O pacto marciano do novo art. 120-quinquiesdecies T.U.B. para garantia de financiamento ao consumidor.....	45
2.5.3. O pacto marciano no novo penhor “não possessório”.....	48
2.6. Cenários atuais da vedação do pacto comissório × licitude estrutural e funcional do pacto marciano no direito comparado.....	51
2.7. Conclusões parciais.....	66
Capítulo 3 – O PACTO COMISSÓRIO E O PACTO MARCIANO NO DIREITO BRASILEIRO.....	73
3.1. Introdução.....	73
3.2. Breve apanhado histórico de mecanismos que permitiam ao credor a autossatisfação do crédito no direito brasileiro.....	73

3.3. A legislação especial de alienação fiduciária e os mecanismos de tipo marciano para autossatisfação do crédito pelo credor	75
3.4. Mecanismos atuais de autossatisfação do crédito no Código Civil de 2002 ..	80
3.5. O pacto comissório e o pacto marciano no direito brasileiro atual.....	81
3.6. Correção dos excessos do pacto comissório por obra do pacto marciano	84
3.7. A presença do pacto marciano na jurisprudência brasileira.....	87
3.8. Presença da sistemática marciana dentro do procedimento judicial da execução.....	90
3.9. Acolhida do pacto marciano pela doutrina, em nome da atual valorização da autonomia privada	90
3.10. Conclusões parciais	93
Capítulo 4 – A AUTOTUTELA EXECUTIVA NO DIREITO COMPARADO E NO DIREITO BRASILEIRO	97
4.1. Contextualização da “desjudicialização” no âmbito do direito brasileiro	97
4.2. O negócio processual e outras formas de atuação da autonomia privada para tutela dos direitos.....	101
4.2.1. O negócio processual no direito brasileiro	101
4.2.2. A autossatisfação executiva e o pactum de <i>non exequendo</i>	103
4.2.3. Legitimidade da criação negocial de procedimentos executivos especiais judiciais ou extrajudiciais	104
4.2.4. A perícia contratual do direito italiano.....	105
4.2.5. A perícia contratual e os negócios processuais no direito brasileiro	106
4.3. A autotutela executiva nos direitos italiano e brasileiro	107
4.3.1. A autotutela executiva na atualidade	110
4.3.2. A autotutela moderna e a repulsa à autotutela primitiva baseada na força do próprio credor.....	114
4.3.3. O papel importante do pacto marciano na moderna autotutela executiva	116
4.3.4. Reflexos benéficos do pacto marciano para o credor e para o devedor.....	119
4.3.5. O pacto marciano e a política legislativa brasileira de valorização da autonomia privada.....	122
4.3.6. A preservação do veto ao pacto comissório no direito brasileiro ...	123
4.4. Conclusões parciais	123

Capítulo 5 – O PACTO MARCIANO E A AUTOTUTELA EXECUTIVA NO DIREITO BRASILEIRO: PERSPECTIVAS ATUAIS E FUTURAS.....	129
5.1 Introdução.....	129
5.2. O pacto marciano e a autotutela executiva no direito brasileiro vigente (<i>de lege lata</i>).....	131
5.3 O pacto marciano e a autotutela executiva no direito brasileiro em perspectiva futura (<i>de lege ferenda</i>).....	137
CONCLUSÕES.....	149
BIBLIOGRAFIA.....	155